

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e Patrimônio, sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Claudio Francisco Tormena, Hernandes Faustino de Carvalho, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marchetti Martins e Wagner de Melo Romão. Como convidados, comparecerem os professores Paulo César Montagner e Sávio Machado Cavalcante. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Segunda Sessão Extraordinária de 2023 da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. A Ordem do Dia contém dois itens: 01 – Proposta de aquisição de imóvel (terreno e edificações) contíguo à Moradia Estudantil, visando à ampliação da Moradia Estudantil da Unicamp; 02 – Proposta de concessão de bolsas para o Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) – e um item na Ordem do Dia Suplementar: 01 – Proposta de reajuste feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp. Passa ao item 01 da Ordem do Dia, solicitando ao professor Paulo César, Chefe de Gabinete, que acompanhou bastante as negociações, que forneça alguns esclarecimentos sobre as tratativas da aquisição dessa área de 45 mil metros quadrados, ao lado da atual moradia, uma oportunidade realmente única para a Universidade. O valor é de R\$20 milhões, e observa que anexaram à documentação que consta da pauta três laudos, os três com valores um pouco superiores a esse valor que a Universidade está propondo aos proprietários. O Professor PAULO CÉSAR MONTAGNER diz que há um relatório muito circunstanciado na pauta, muito bem feito, e agradece ao grupo de trabalho que o elaborou, composto pelos professores Sávio Cavalcante, Roberto Donato, Renato Garcia, Luiz Carlos Pereira, Luiz Carlos Almeida, Mariana Nery e pela senhora Thalita Mendes. O grupo teve sua implantação em 8 de fevereiro de 2023, mas essa história começa muito antes. Lembra que já nos anos 2014 e 2015 foi elaborada uma minuta de projeto e procuravam uma área naquela região. Então, naquele momento, tentaram negociar o Sítio Xadrez, a negociação acabou não prosperando, até que no dia 24 de janeiro o professor Roberto Donato e ele fizeram uma visita informal a essa área que faz divisa de muro com a atual moradia. Tiveram uma reunião com o Manager Director da EagleBurgmann, o senhor Rodrigo Vilela, e um arquiteto de nome Luiz Henrique Castro, que os receberam porque a EagleBurgmann tinha decidido vender a área e quando eles souberam da procura, houve uma série de ações informais de ambas as partes e então marcaram essa reunião. Conheceram toda a área, algumas partes possuem construções, porém mais da metade da área, como a própria foto mostra, ainda é aberta, inclusive tem uma área de lazer, um campo de futebol, uma área de churrasco. Essa empresa esteve nessa região por muitos anos, ela faz selos mecânicos e juntas de expansão para grandes indústrias, inclusive para a indústria naval. Foi ficando difícil para eles seguirem com a operação naquele local, e hoje eles estão em Valinhos. Ficaram muito impressionados com a área e com essa oportunidade histórica; porque mesmo o Sítio Xadrez não ficava ao lado, e

além disso ainda não sabe como está a documentação, que estava sendo regularizada. Inclusive tinha uma área de preservação no Sítio Xadrez e era uma área muito menor, mas ainda acha que no futuro podem até discutir essa área se eventualmente for do interesse da Universidade. Conversaram com a equipe, o professor Antonio José fez uma reunião muito cuidadosa, porque precisavam ter um cuidado significativo para não gerar nem expectativas negativas, nem a certeza de que poderia dar certo. A primeira ação foi constituir um GT, então já se tornou um pouco mais pública a ideia, e uma das discussões que havia do ponto de vista jurídico era a contratação de dois laudos. Optaram por fazer três laudos, fornecidos por peritos reconhecidos pelos órgãos públicos, com confiabilidade na produção dos valores e das metodologias de análise de valores imobiliários, sobretudo para essa região de Barão Geraldo, que é muito nobre para certas características. É uma área que tem saída para as duas ruas, para a rua da entrada da moradia e para a rua de trás da moradia, que está na outra avenida, que chega na descida da estrada de Paulínia, no pontilhão que vai para o outro lado de Barão Geraldo. É uma região realmente muito interessante, há a perspectiva de que ela seja uma área que permitirá projetos novos nessa área de moradia e permanência estudantil. Também terão um custo baixo de manutenção ou menor do que se tivessem duas moradias em lugares diferentes, o que significaria ter dois serviços de segurança, dois serviços de portaria, ampliar rotas de transporte. Percebem na foto em torno de 60% a 65% de áreas ainda vazias para serem construídas, e há uma área de construção muito robusta que podem estudar com a devida calma e com especialistas da Universidade e da comunidade o que fazer com ela. Além dessa robustez de construção, também o ambiente e a localização, informalmente sentiram que a empresa gostaria muito que a Universidade comprasse a área, sabendo que seria um benefício importante para a comunidade de estudantes ter esse espaço reservado. O SENHOR PRESIDENTE reforça o agradecimento a todo o grupo de trabalho que se dedicou, levantando as informações, fazendo as negociações para trazer agora aqui para a COP, depois para as instâncias superiores. Os valores dos laudos estão na pauta: laudo 1 R\$21,922 milhões, laudo 2 R\$23,731 milhões, e laudo 03 R\$ 20,478 milhões. Como o professor Paulo César disse, a Unicamp quis fazer três laudos em vez de dois. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI cumprimenta o grupo que fez de maneira bastante rápida o relatório, acha que se trata de uma oportunidade bastante interessante para o programa. Está colocada a possibilidade de ter 1.400 vagas novas; pergunta quantas vagas há atualmente na moradia. O SENHOR PRESIDENTE responde que mil, mas em razão de casas que estão interditadas, hoje só há 850. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI também pergunta se houve avanço no processo de desapropriação do terreno da moradia atual, que precisa de um decreto do governador. Há uma estimativa de valor de R\$145 milhões para a construção dessas unidades, e pergunta se esse valor incluiria aquela estimativa que tinham feito para a reforma atual da moradia, que tem muita necessidade de manutenção. Na área já construída do terreno, segundo o documento, poderia haver atividades extensionistas, e se lembrou do Lume e outras atividades da Unicamp que estão um pouco espalhadas por Barão Geraldo, mas acha que já está contemplada essa hipótese. Pergunta também qual a parte destinada para moradia e permanência estudantil nas reservas. O Professor

PAULO CÉSAR MONTAGNER diz que a moradia atual possui algumas casas ainda em reforma, há uma preocupação com ampliação para melhores condições. A área construída no terreno em questão tem um salão muito grande, robusto, porque a empresa faz peças pesadas, selos mecânicos náuticos, então é um prédio bastante consistente, paredes bem fortes, telhado muito alto, mas carece de manutenção. É um prédio que está parado e ele tem muitos escritórios, havia uma área técnica, uma área de vendas, uma área de controle da empresa. Mas o que mais lhes chamou a atenção é que mais de 60% da área ainda é livre, o que cria condições de projetarem ali muitas coisas, muito mais do que só moradias, podem fazer projetos inovadores que possam contemplar toda a comunidade da Unicamp e a comunidade de Barão Geraldo, preservando um pouco da missão institucional da Universidade. O SENHOR PRESIDENTE lembra ao professor André que estão colocando aqui hoje apenas a aquisição do terreno. O GT foi além, trouxe algum cálculo sobre a manutenção do local, a possibilidade de construção, mas o número de casas a serem construídas, o número de metros quadrados, isso vai ser avaliado posteriormente e aprovado tanto aqui na COP como nas instâncias superiores. O número de R\$145 milhões é uma previsão, levando em conta uma expectativa de construção de 1.400 unidades, mas não estão ainda aprovando esses recursos. Como frisou o professor Paulo César, estão tendo a oportunidade de adquirir um imóvel contíguo à moradia atual, é uma oportunidade por um preço que lhes parece bastante razoável, inclusive abaixo do valor dos três laudos. Não há nenhuma definição ainda sobre qual vai ser o percentual de aproveitamento do terreno. Como o professor Paulo César também colocou, já existe uma parte construída importante da sede administrativa e da fábrica, portanto há ali várias destinações possíveis para serem feitas, mas só o terreno que está realmente disponível já seria suficiente para terem um número de moradias muito maior do que possuem hoje. Tudo isso será definido mais adiante. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE observa que o GT fez a prospecção com base no modelo que está sendo usado pelo professor Rafael Urano para ampliação no atual terreno, então a metragem e o cálculo de vagas foram feitos a partir desse modelo que ele e alunos de Arquitetura estão desenvolvendo no momento. Diz que está como presidente do Conselho da Moradia, ficou um tempo como coordenador executivo, com a saída da professora Eliete, e descobriram que a empresa não estava mais atuando ali no terreno, estava de saída, justamente por conta da construção do muro que divide os dois terrenos. Coloca-se à disposição para responder alguma dúvida. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que sua fala começa, para que não haja nenhum tipo de interpretação errada, exaltando a importância da moradia dentro de um contexto em que nos últimos anos conseguiram avançar muito em trazer uma diversidade étnico-racial importante para a Unicamp. Trouxeram, segundo o relatório do GT, uma diversidade de origem geográfica também muito importante; acha que a Unicamp tinha esse protagonismo, que foi um pouco perdido na época em que a Comvest se limitou dentro do vestibular nacional, e dessa vez abrindo também comportas pelo Enem, por novas formas de ingresso. Acha que há muito a comemorar em termos do êxito dos resultados que têm alcançado, e obviamente, quando trazem pessoas oriundas de outras regiões e também das várias camadas que têm de estar representadas dentro da Universidade, existe a necessidade do

auxílio à permanência dessas pessoas, o que majoritariamente é feito pelo programa de moradia estudantil. É um assunto indubitavelmente de extrema relevância, e por mais que digam que o que está em jogo neste momento na pauta são R\$20 milhões, precisam pensar do ponto de vista estratégico. A COP é uma comissão colocada para pensar desta forma, e orçamento e patrimônio envolvem questões de médio e longo prazo, claro que também com o olhar atual, com as oportunidades de ocasião que surgem, mas é muito importante que tenham um olhar racional e sob a ótica de melhor atender os objetivos e as demandas da questão de permanência. Acha que não podem ter a emoção à frente do racional nesse caso. Já sofreram muito na Universidade com a questão de descontinuidades de obras, e vai falar um pouco sobre o contexto de 2017, quando havia a lista da Aeplan com as obras prometidas para os vários órgãos e unidades. Em 2017, a PRDU encampou essa lista, tendo feito um trabalho muito grande de promover a transparência e a priorização dessa lista. Foi um trabalho longo, foram feitas reuniões com vários diretores, e utilizava na época a metáfora de que teriam uma espécie de painel do aeroporto, que mostra sempre quais são os voos que vão sair, quais os que atrasaram, se houve alguma mudança, exatamente para evitarem uma “bolha de promessas”, porque naquela época precisariam de muito mais do que R\$1 bilhão para poder cumprir todas as promessas que ali estavam, mas o saldo orçamentário não chegava a três folhas de pagamento. Então, era uma situação bem complicada, que se traduziu em uma forma estabelecida de governança, de transparência, de decisões que foi muito importante para a Universidade. A forma de tramitação que enxerga de qualquer investimento de longo prazo é trabalhar realmente em um fórum bastante amplo, Copei, Aeplan, PRDU, para que possa então culminar na parte orçamentária, que é a designação desse montante para determinadas frentes. Portanto, é muito importante colocar essa tramitação. Não sabe se esse investimento passou nessas instâncias, nesses locais que devem ser discutidos, porque os diretores também têm as suas expectativas de investimento e têm de saber se a priorização de um determinado empreendimento, por mais que seja importante, vai de alguma forma concorrer ou não com outros planos que existem nas unidades. Então, aquela forma do painel explícito que depois foi passado da PRDU para a Depi é muito importante que tenham como prática para evitar a “bolha de promessas”. São todos cientistas e louvam o método científico, isso significa que precisam ter dados para avaliar todos os caminhos. Quando avaliam um projeto, podem dizer as vantagens dele, mas sempre pedem a comparação com o estado da arte, o que possuem, quais são as alternativas e porque determinado caminho é melhor do que outro. Acha que isso tem de estar muito claro, e nesse sentido agradece o trabalho feito pelo GT, em um tempo muito curto, reunindo informações interessantes, mas devem reconhecer que esse grupo trabalhou em uma alternativa apenas, que foi a aquisição desse terreno. Do ponto de vista sociológico o documento está perfeito, contextualizando a importância da moradia estudantil, mas considera que ainda há algumas lacunas do ponto de vista do orçamento e patrimônio. A primeira delas é em relação a cálculos mais precisos; a Universidade tem hoje um gasto de R\$10 milhões anuais em bolsa auxílio moradia, com uma parte designada para outros locais, como Limeira e Piracicaba, que também dependem desse auxílio. Então, existe uma demanda também de outras localidades, não podem

se esquecer disso. A demanda dos outros *campi* existe, e da maneira como está colocado, parece que essa parte nova vai, de certa maneira, cumprir isso, entra no cômputo para dizer em quanto tempo teria alguma amortização desse investimento ou seja lá o que for. Não cabe dizer amortização, porque no final das contas, ela é uma forma de investimento mesmo e um princípio de permanência em que acreditam. Então, essa questão também de comparar com 40 anos é complicada, porque embora prédio público seja diferente, a Receita Federal coloca a depreciação de um prédio com 25 anos, 4% de depreciação ao ano. Então, as empresas privadas estão muito acostumadas a lidar com depreciação dentro da sua folha de custos, mas os órgãos públicos trabalham isso de uma outra forma. E é óbvio que há a manutenção. Quando assumiu a PRDU, solicitou à Aeplan um estudo totalizando todos os contratos referentes à moradia, não só a questão de reformas; até contratação de empresa especializada para limpeza de caixa d'água tem de ser feita para a moradia estudantil. Então, colocando tudo isso no cômputo, fora água, luz, despesas de utilidades, tinham uma noção real do quanto custa uma moradia, *versus* outras alternativas, como a bolsa auxílio moradia, e na época se falava também se poderiam fazer algum tipo de parceria. Quando aparece a bolsa auxílio moradia, a primeira resposta que vem é que existe um mercado especulativo dentro de Barão Geraldo. Acha que a Unicamp às vezes subestima sua própria força, porque com 1.000 pessoas podendo definir onde vão morar, há um certo poder sobre esse aspecto. Também acha importante consultar os alunos que são beneficiários da moradia; não falaram sobre isso em nenhum momento nas discussões internas aqui, mas é muito importante colocar isso. Foi moradora da moradia estudantil, todos sabem que há problemas nesse modelo e precisam ter esse delicado acolhimento dos problemas existentes. Os problemas são claros para alguns alunos, problemas de estruturas internas de poder, hóspedes externos, conta excessiva de consumo de água, pois existem pessoas que eventualmente acabam se instalando lá. Nesse sentido, alguns alunos preferem a bolsa auxílio moradia, porque diretamente é um dinheiro investido neles, para eles, para utilizarem da maneira como quiserem; portanto, existem também algumas vantagens, não só desvantagens, na bolsa auxílio moradia. Ouvir o beneficiado é algo que devem fazer para muito além dos grupos mais representativos, mais aguerridos, pois existem problemas para os quais devem estar atentos. Eles não são pequenos nem passíveis de serem deixados de lado, e embora entenda que é uma questão de ocasião, de oportunidade, iniciam nesses R\$20 milhões e isso pode tomar a proporção, no longo prazo, do que hoje seria até 10% do que possuem de saldo orçamentário, que muitos consideram um saldo bastante alto. Portanto, considera muito importante essa pauta, mas não se sente totalmente informada para tomar uma decisão aqui, já que há várias demandas neste momento na Universidade, da classe docente, da classe de funcionários, das obras para as diretorias, e precisam ter essa racionalidade. Dessa forma, propõe a retirada de pauta, considerando que faltam estudos das alternativas, dos gastos atuais, e para ela não está claro se continua a mesma situação de 2017. E ouviria também com muito cuidado, através de enquetes, a impressão dos alunos sobre as bolsas e sobre a questão do modelo de moradia. Como engenheira química, entende toda a questão de otimização de escala que estão buscando, acha que tem algo muito interessante a se louvar nessa iniciativa, ela não é passível somente de

críticas, ela é passível de elogios também, e é um estudo de oportunidade interessante. Só precisam ter as várias alternativas e uma coesão a respeito do caminho a ser seguido; para terem uma ideia de como precisam de uma melhor apuração dos valores, pensando nesse valor de R\$145 milhões, observa que a receita própria supera o que gastam hoje com a bolsa auxílio moradia, e isso não foi colocado no estudo. Então acha que precisam ter um trabalho mais preciso, a Aeplan precisa estar de alguma maneira envolvida nesses estudos, nesses cálculos, e ter essas informações a mais para apreciação desta comissão, portanto propõe a retirada de pauta deste item. O SENHOR PRESIDENTE diz que a professora Marisa tocou em alguns pontos fundamentais. Uma preocupação que a COP sempre teve foi o planejamento, e isso tem se intensificado muito nesta gestão, que sempre explicita e debate os números com clareza e pensa também no futuro. Inclusive a capacidade que essa COP teve de avançar ao invés de retroagir sobre a necessidade de avanços institucionais. Por exemplo, a coragem que a COP teve na proposição do PPI, que é uma contribuição histórica para a Universidade, de trazer para o planejamento a ideia do investimento e como separar os recursos da reserva financeira para uma destinação que lhes permita realmente olhar o longo prazo. As 32 obras paradas que esta gestão herdou se deveram em grande medida à falta de planejamento, mas é claro que há razões de várias naturezas para esses atrasos, desde judicialização no processo licitatório até falta de recursos, quando jogavam o investimento dentro da PDO. Havia uma dificuldade, dependendo dos recursos envolvidos, de manter isso nas PDOs dos anos seguintes. Então acha que a COP teve um papel decisivo ao ter essa coragem de propor o PPI. Todos aqui entendem a importância da moradia, inclusive a professora Marisa, que sempre defendeu essa posição, e o que estão tratando hoje é a oportunidade de seguirem com as várias alternativas que podem oferecer em termos de permanência estudantil, que estão descritas no relatório, e que precisam ser sempre avaliadas a cada momento, inclusive pela intensificação do processo de inclusão na Universidade. Não possuem nenhuma pretensão de decidir apenas por uma ou outra, apenas a moradia física ou a concessão de bolsa. Há uma combinação que vem sendo feita e que terá de ser aprofundada, inclusive porque possuem outros *campi*, como a própria a professora Marisa colocou. Estava claro que já tinham destinado recursos para a ampliação da moradia, seja reformando a moradia atual, que tem problemas estruturais, seja tentando realizar novos investimentos na área ainda existente dentro da moradia atual. Apareceu uma oportunidade de comprar uma área que é contígua à moradia e que permitirá pensar a Universidade para os próximos 20, 30 anos, possibilitando um aumento da oferta de moradia. Se isso vai ser feito e com qual velocidade, voltarão a discutir, sempre avaliando as condições orçamentárias e a demanda. O fato é que a demanda por moradia tem se acentuado e vão continuar atendendo, reformando e ampliando o que existe, e também concedendo bolsas de moradia para atender aos alunos de Campinas e dos outros *campi*. Essa tem sido uma política muito clara, os números são divulgados pela Aeplan na proposta de distribuição orçamentária, inclusive com a preocupação de separar esses recursos utilizados. Registra que esta gestão colocou um volume recorde de recursos para permanência estudantil, são mais de R\$100 milhões aprovados aqui na COP, na CAD e no Conselho Universitário. Entende a posição da professora Marisa, é uma

forma educada de dizer que é contrária à proposta, mas defende essa oportunidade que dará à Unicamp a possibilidade de planejar seu futuro com relação à moradia estudantil. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza a gestão, o grupo de trabalho e todas as pessoas que se mobilizaram em torno dessa questão. Essa questão realmente não é nova, e o relatório é muito preciso ao buscar suas origens, nos anos de 1980, e trazer como a Universidade tem a tarefa realmente de lidar com essa questão de uma maneira institucional e em que ela possa ter o máximo de capacidade de dar conta dessa tarefa da permanência estudantil. A tabela que consta às folhas 112 do relatório expõe bem essa transformação da Universidade nos últimos anos, que se acentuou mais recentemente nos últimos cinco anos. Ela mostra que precisam alterar a capacidade da Unicamp de dar vazão para essa tarefa, de promover a permanência estudantil e especialmente a questão da moradia. Teve oportunidade de se debruçar sobre esse tema no edital da Comvest, do Faepex, passaram dois anos com dificuldades por conta da pandemia, mas trabalhando em torno desse tema. Esse relatório está disponível, podem tentar alguma forma de disponibilizá-lo, mas vê que, muito embora possa haver um conjunto de questões relacionadas à gestão da moradia – e isso realmente é algo que tem de ser aprofundado e tratado, como já vem sendo, há melhorias nesses aspectos com relação a como lidar com eventuais desvios das finalidades da moradia –, não há dúvida de que a melhor forma de tratar essa questão da permanência e da habitação dos estudantes é por meio do modelo da moradia estudantil, por uma série de fatores. Poderia entrar aqui pelo debate da sociabilidade, pelo modo como se constrói isso, pela sensação de pertencimento dos estudantes à Universidade e os eventos para além dos eventos estritamente acadêmicos, que fazem parte da vivência universitária. Poderiam desenvolver bastante a respeito disso, mas os aspectos financeiros são muito contundentes. Acha que essa oportunidade de ter um terreno contíguo à moradia com essas dimensões, por esse valor que está abaixo do preço do mercado, como os laudos apontam, em uma situação de afluência da Universidade, poderia estar aparecendo em um momento em que ela não estivesse bem em termos de recursos e de reservas. Hoje existem condições orçamentárias de dar conta dessa compra, à qual é amplamente favorável. Fazendo uma conta aqui rápida, se 70% das bolsas de auxílio moradia são reservadas para estudantes do *campus* aqui de Barão Geraldo, isso é um custo mensal de R\$840 mil, um valor absurdo injetado no mercado imobiliário de Barão Geraldo. Observa que com R\$600 hoje os estudantes não conseguem alugar um lugar decente, porque a Unicamp inflaciona o mercado imobiliário em Barão Geraldo. Isso tem impacto orçamentário também para as famílias dos estudantes que não estão entre os cerca de 2.000 que recebem a bolsa auxílio moradia. Concorda com o que diz a Marisa a respeito dos outros *campi*, Piracicaba e Limeira; é muito importante que também tenham soluções para eles, e acha que isso tem de estar no planejamento. Mas não tem dúvida de que no médio e longo prazo melhoram essa situação; realmente possuem uma Universidade cada vez mais popular, e isso é muito bom, então precisam manter essa chave que virou na Universidade nos últimos anos. E para isso é muito importante ter um programa de moradia estudantil robusto, que tenha vagas e no qual possam receber bem os estudantes. Manifesta sua aprovação, acha que é esse o caminho, e devem aproveitar essa oportunidade muito boa para

poderem planejar o processo de construção dessas moradias nesse terreno valiosíssimo para a Unicamp, muito mais valioso do que esse preço de mercado está colocado, do qual a Universidade pode e deve dar conta. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que toda vez que tenta fazer um papel para trazer um pouco mais de discussão com dados, corre o risco de ser mal interpretada. Ressalta que não é contrária à compra do terreno, e colocou isso de forma bastante clara desde o início; o que mencionou é que faltam dados e informações importantes para que a COP se manifeste. Há pessoas que estão muito convencidas por outros vieses de que esta é a solução, mas acha que o papel desta Comissão é trazer a questão do orçamento e patrimônio de longo prazo para discussão. Traz esse desconforto de dizer que alguns arredondamentos estão talvez bastante enviesados; o professor Wagner fez uma conta perfeita, são cerca de R\$800 mil por mês, totalizando R\$8 milhões. O grupo coloca R\$10 milhões no cômputo total do que é gasto hoje nas bolsas auxílio moradia e depois, para justificar o que farão adiante, mencionam esses R\$10 milhões como se não fossem mais ter as bolsas necessariamente alocadas para Limeira e Piracicaba. Mesmo que utilizando alguma estimativa inicial importante, precisam se atentar que R\$145 milhões hoje, com a receita própria gerada, suplanta a quantidade de bolsas. Poderiam até aumentar a quantidade de bolsas que é oferecida hoje, dentro de um contexto bastante importante de ouvir quem é beneficiado. Trouxe esses poréns, mas não é contra, apesar de saber que nessa situação em que trazem qualquer questionamento estão sujeitos a serem rotulados como tal. Gostaria de ter, como membro da COP, mais informações para decidir, porque as demandas são muitas também, no médio e longo prazo para todos os envolvidos nesta Universidade, por isso a sua solicitação de retirada de pauta para esses estudos específicos, que acha que a própria Aeplan poderia fazer muito rapidamente, mas estão ausentes nesse documento. Com isso, tomariam a decisão de maneira muito mais coesa, muito mais convicta, não só no sentido social, humanístico, mas também do ponto de vista do atendimento ao aluno e do atendimento também aos planos múltiplos da Universidade. E, se não for o caso de uma retirada de pauta, muito possivelmente já declara seu voto aqui: sua posição não seria a de ser contrária, mas talvez se abster, exatamente por julgar uma falta de informações. Acha importante que isso seja feito para levarem em conta algo que pode chegar a utilizar cerca de 10% do saldo orçamentário da Universidade. Seria algo que não tomaria muito tempo e traria bastante lucidez às decisões, talvez abrilhantando o trabalho feito pelo GT, o qual parabeniza, tendo sido um trabalho feito em um tempo exíguo. O SENHOR PRESIDENTE ressalta que o que vão votar é a aquisição do terreno, não a quantidade de bolsas oferecida a partir da aquisição. Isso não é nesta esfera agora, no futuro trarão isso com toda profundidade dentro de uma PDO, os recursos necessários para a inclusão e permanência estudantil. O que estão votando aqui é a compra de uma área que entendem como estratégica para a Universidade, ao lado da atual moradia, que lhes amplia muito as alternativas de conceder moradia aos estudantes. Como vão ocupar esse terreno, com qual velocidade, com qual volume de recursos, não estão votando agora. Vão decidir depois se isso vai ser feito de uma forma mais lenta ou mais rápida; a questão que está em jogo é se vale a pena ou não a aquisição desse terreno que lhes dá uma alternativa muito maior do que tinham até agora, em cima de valores

que lhes parecem justos e razoáveis, sobretudo a partir dos laudos. Gostaria que se ativessem muito mais a essa questão dos valores que estão ali do que ao GT, que fez um trabalho maravilhoso de até justificar e dizer o quanto isso poderia vir a substituir, mas não estão votando se a construção vai reduzir ou aumentar o número de bolsas, pois sequer sabem como vai ser essa demanda por moradia. As informações suficientes para a aquisição estão colocadas aqui hoje na COP. A COP tem muita preocupação com planejamento, compartilha com a professora Marisa essa ideia da necessidade do planejamento, mas não estão decidindo qual é daqui para frente a política de permanência estudantil, quantas bolsas, quantas casas, quantas moradias vão ofertar em Campinas, se farão também uma oferta em outros *campi*. É preciso ter isso muito claro, senão criam uma confusão dizendo que estão faltando elementos para tomada de decisão. Para a decisão que precisam tomar hoje, as informações estão muito claras e disponíveis. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que entende que o que está em pauta são os R\$20 milhões, mas fica atrelado um aproveitamento futuro para construção de uma nova moradia. O Professor HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que compartilha das preocupações da professora Marisa em relação à moradia, mas entende que o momento é oportuno. Acha que devem pautar essas coisas todas que ela levantou, inclusive uma visão mais completa do orçamento, como ela pede, mas entende que o que está sendo proposto agora é a aquisição. Acha que o relatório poderia ter sido sintético, dizendo apenas que no futuro esse terreno poderá ser utilizado para ampliação da moradia ou para outras atividades de interesse da Universidade. Senão possibilita criar uma série de associações que no tempo curto em que foi feito acaba sendo impreciso, mas está pronto para votar e votará favoravelmente. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE agradece à professora Marisa, ao professor Hernandes e ao professor Wagner, que fizeram comentários. Vai explicar um pouco por que o grupo de trabalho precisou extrapolar a questão da aquisição: um dos horizontes possíveis de uso mais importante, que seria para política de permanência, dada a proximidade com o atual terreno da moradia, exigiu que fossem feitos alguns cálculos ou projeções. Observa que não se trata, como colocou a professora Marisa, de um arredondamento que chega nos R\$10,8 milhões. Hoje pagam 2.000 BAMs por mês e 70% está em Barão Geraldo, então usando a metragem do novo modelo de ampliação que está sendo pensado para o atual terreno da moradia, e respeitando todas as legislações, como a questão de margens etc., o máximo de vagas que poderia ser construído no novo terreno seriam 1.400, e é daí que vem a conta, 1.400 vagas vezes R\$600 vezes 12 meses, para chegar nesse valor. Mas evidentemente não é o objeto do momento, isso era para ter um cenário futuro de que podem várias coisas, sendo o máximo esse valor, observando que os R\$140 milhões é somando a construção e a aquisição do terreno. Essas 1.400 vagas poderiam ser feitas com 120 milhões, mas isso é o máximo. Então a questão é: olhando o que pode ser o máximo e olhando a oportunidade de que se tem de aquisição do terreno, se vale a pena fazer a aquisição e começar a discussão futura sobre como ele será utilizado. A ideia do GT foi que sim, por isso precisou ter essa essa previsão. Entende a preocupação da professora Marisa, o GT também, evidentemente, pensou nela, e a alternativa é ou pagar a BAM, ou oferecer programa na moradia estudantil. A terceira, sugerida pela professora Marisa, seria conceder o

recurso a todos que precisam de moradia e fazer o que ela chamou de parcerias. Seria basicamente fazer um contrato geral com uma imobiliária, ou com algum prédio, ou com uma coisa existente, mas esse cenário é muito pouco previsível, portanto seria uma alternativa que ficaria completamente frágil para apresentarem como viabilidade. Então, em termos muito rigorosos, defende de maneira bem forte ou o programa de moradia estudantil, ou entregar o recurso para o aluno alugar o que ele encontrar em Barão Geraldo. Pode até haver algo entre essas duas alternativas, que talvez precisem pensar no caso de Limeira, que está trazendo um pouco desse tipo de reivindicação. Outro ponto levantado pela professora Marisa, sobre a perspectiva de quem hoje mora na moradia e de quem tem BAM, e relata que desde que entrou na administração da moradia tem tentado fazer o máximo possível essa conversa, não apenas com os representantes, que vão ter uma posição mais organizada por conta de movimentos, mas também com os moradores. Antes era comum, ao detectarem problemas de vivência na moradia, os alunos pedirem a BAM para poder ir para outro lugar. Hoje acontece o contrário: em razão dos custos cada vez mais elevados de moradia em Barão Geraldo, os alunos preferem ficar na moradia, pois lá conseguem ter também energia elétrica, água, internet. Com uma discussão ampla com a Universidade, neste novo terreno, olhando o trabalho extremamente interessante que o pessoal do curso de Arquitetura está fazendo, de olhar todos os problemas da atual moradia e pensar um novo modelo, como, por exemplo, o que já é ponto pacífico, um dormitório que não seja para quatro pessoas, mas que sejam dois quartos para até duas pessoas, que tenham um banheiro que separe lavabo do chuveiro, e várias coisas mais interessantes que poderiam ser feitas no novo modelo, essas pessoas estão muito engajadas para construir. Então acha que devem olhar para a oportunidade do que, reconhecendo os alcances e os limites da moradia atual, pode ser feito no futuro a partir desse terreno. E se chegarem à conclusão de que o aumento do programa de moradia estudantil é importante, dificilmente haverá um outro lugar que vai economizar mais recursos, que vai propiciar melhores condições. Estariam perdendo a oportunidade para se fazer isso, agregando ainda outros usos do espaço, aproveitando o galpão que já está lá construído, que pode ser usado para muitas coisas importantes que fortaleçam o papel da universidade em Barão Geraldo, as atividades de extensão e muitas outras coisas. Vê isso com muita alegria, porque podem começar hoje algo que vai marcar a história da Unicamp pelos próximos 30, 40 anos, exigindo a criatividade de todos para que isso funcione bem, então esse é só o primeiro passo. O GT teve de extrapolar para pensar quais seriam as projeções, mas sem esse primeiro passo não conseguem sair de um impasse, porque hoje o sistema da BAM, pressionado da forma como está, é insustentável e vai estourar de alguma maneira. Uma preocupação que possui desde o início, e que foi comentada pela professora Marisa, é com relação aos hóspedes externos da moradia, a questão do controle disso etc., e informa que estão fazendo um trabalho muito grande com toda a comunidade, com todos os representantes. Todos os que hoje estão na moradia são estudantes da Unicamp; casos singulares e específicos enfrentam no dia a dia e vão continuar enfrentando, mas esse não é mais um problema. O SENHOR PRESIDENTE elogia e parabeniza o professor Sávio pelo trabalho, sabem a complexidade que é essa gestão. Um ponto importante mencionado pelo professor Sávio, até

para tranquilizar a comunidade, é uma eventual parceria com imobiliárias e proprietários, que tem certa fragilidade jurídica. Passa a palavra ao professor Paulo César para que ele traga alguma informação sobre a aquisição, observando que o processo foi acompanhado o tempo todo pela Procuradoria Geral, que se manifestou no sentido de que decidissem não pela desapropriação, mas pela compra direta. O Professor PAULO CÉSAR MONTAGNER diz que está sendo feito um trabalho cuidadoso de acompanhamento da compra do terreno junto à Procuradoria Geral do Estado. Obviamente, quando o processo foi para lá, a PGE fez alguns questionamentos, aos quais a Universidade está respondendo, e o processo caminha bem. Vai solicitar à doutora Fernanda, Procuradora Geral da Unicamp, que em algum momento possa apresentar essas informações mais tranquilamente para a comunidade. É de fato um momento histórico, um momento importante, não encontrarão outro terreno com essa capacidade, e devem pensar no futuro da Universidade. Lembra das discussões da época em que compraram a Fazenda Argentina, que hoje tem um projeto maravilhoso produzido para o futuro da comunidade, não só da Unicamp, mas pela comunidade do entorno de Barão Geraldo e para a Cidade Universitária. O SENHOR PRESIDENTE pergunta à professora Marisa se ela mantém a proposta de retirada de pauta. A Professora MARISA MASUMI BEPPU responde que gostaria, mas pelas manifestações parece que as pessoas estão muito confortáveis para irem para a votação, então acha que podem seguir. Já declarou seu voto, vai se abster, porque realmente acha que as situações estão atreladas. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 06 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 02, que trata da aprovação dos recursos para a concessão de bolsas para o Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado. Lembra que existe a Deliberação Consu-A-03/2018, que trata do programa de pós-doutorado, e se aqui aprovada a concessão dos recursos, o assunto entrará no Consu do dia 30 para alteração de um item dentro dessa deliberação, mencionando que a Unicamp pode também utilizar recursos orçamentários para a concessão de bolsas de pós-doutorado. O que estão tratando aqui são os recursos em uma proposta inicial de 120 bolsas, adicionadas mais nove para aquelas unidades que tenham mais de três cursos de graduação. E depois, como sugestão dos diretores, a inclusão de mais 24 bolsas que funcionarão no sistema de cotas PP. Portanto, são 153 bolsas de pós-doutorado no valor da Fapesp, cerca de R\$8.500, totalizando R\$31 milhões. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO diz que é um tema importante para a Universidade que possam oferecer essa oportunidade para pessoas que já concluíram os seus doutorados, mas estão com dificuldades de um posicionamento para pesquisa, e acha também que para ter uma experiência docente. É uma característica importante do programa, e manifesta a sua alegria também de ver as 24 vagas para ações afirmativas. Não vai discutir aqui, porque terão um momento adequado para isso, se essas vagas são somente para pretos e pardos ou também incluem indígenas. Acha que isso é um tema para o Consu, o que importa é prever aqui esses recursos; trata-se de algo muito importante porque fortalece a política de ações afirmativas da Universidade. Votará favoravelmente, com muito gosto. A Professora MARISA MASUMI BEPPU parabeniza a iniciativa, e observa que vota favoravelmente a qualquer tipo de projeto que aumente os

aspectos acadêmicos da Universidade, e este é um deles. Participou da reunião que foi feita na sexta-feira, a convite da Mesa, sobre os objetivos deste programa, e vê que o que está colocado é a alteração da minuta que permite o pagamento de um PPPD pelo orçamento e a alocação do recurso. Entendeu também que não há uma minuta geral sobre as amarras desse programa, porque foi dada uma liberdade para as unidades pensarem quais seriam os requisitos específicos que gostariam de colocar, e lhe restou ainda assim uma dúvida principal: entende que o PPPD é diferente de unidade para unidade, ele seria bastante interessante do ponto de vista de pesquisa, e algumas unidades colocam alguns desses PPPD no plano de trabalho para que eles possam ministrar aulas. Tem um pouco de dúvida em dizer que esta solução ou este personagem PPPD possa ser utilizado para aliviar a carga docente para a saída de um docente, seja um aprimoramento no exterior para um sabático, ou seja mesmo porque ele próprio faria um pós-doutorado. Isso por questões até jurídicas, não querem deixar nenhum passivo trabalhista, porque uma coisa é permitir que haja uma carga didática, outra coisa é exigir. Então isso abre um flanco bastante diferente em cima das questões trabalhistas e tudo o mais. Sob esse aspecto, é um dispositivo que foi muito pleiteado pela bancada docente, o professor Marco Antonio, da Faculdade de Tecnologia, levou em outubro do ano passado um pedido para que fossem contempladas, ou pelo menos estudadas as possibilidades de um determinado número de contratação de professores substitutos por unidades, sobretudo aquelas unidades que estão muito sobrecarregadas em termos de carga didática e que historicamente têm muita dificuldade com o planejamento interno, e quem vai sair por um período mais prolongado de afastamento ao exterior é sempre prejudicado. Há uma fila basicamente desses docentes para poderem sair. O mecanismo mais adequado seria o professor substituto temporário, que tem um contrato por um tempo determinado, e na rescisão desse contrato existem cláusulas específicas de um tempo que ele tem de cumprir antes da saída, o que é uma situação muito mais garantida para a questão de alguém que está cobrindo uma carga didática no período de um semestre, por exemplo. Então, do ponto de vista para se cobrir carga didática, ele é um instrumento mais adequado. Há questões se o valor é adequado ou não, mas talvez os valores não estejam adequados porque o foco de base também não está adequado e está muito baixo em relação à questão de atratividade. Defende a aprovação deste montante, mas deixariam a critério da unidade a possibilidade de alocar este recurso para que ele pudesse ser usado pela unidade para contratação de professor substituto temporário. Então um diretor poderia optar por utilizar parte desse recurso não só para ser usado no PPPD com essas alterações que aí estão, mas também deixando uma possibilidade de contratação de um substituto temporário, para que perenemente possam cobrir as saídas e as ausências dessas pessoas que precisam se afastar de alguma maneira por um longo prazo. Isso cobriria não somente a questão dos afastamentos mais prolongados ao exterior, mas também as licenças-maternidade, por exemplo, que hoje são tratadas a conta gotas no âmbito da CVD. Então é uma pauta importante, há o aspecto acadêmico, inclusive considerando o que o professor Wagner mencionou, de que alguém que terminou o doutorado tem aí uma oportunidade. Mas cada unidade tem uma realidade diferente e há também unidades que possuem bolsas, mas existe dificuldade de fixação do pós-doutor, quanto mais para ainda ter a

carga extra da questão de aula. Portanto, advogaria na direção de liberarem esse recurso, mas com uma flexibilidade para que as unidades pudessem utilizar entre este programa, somando-se ou podendo se alterar a proporção entre este programa e o programa de professor substituto temporário. O SENHOR PRESIDENTE diz que a Deliberação Consu-A-03/2018, que trata do PPPD, menciona claramente que é necessário ter recursos, financiamento para participação no programa, e isso foi sendo modificado, inclusive na Deliberação Consu-A-27/2021, na qual se entendeu que, por exemplo, no caso de um colega de universidade federal afastado para fazer um pós-doutorado, o salário dele funciona como financiamento, e foram feitas algumas adequações importantes nessa direção. O que ainda não estava contemplado era a possibilidade de a própria Unicamp, usando recursos orçamentários, financiar bolsas de pós-doutorado, é isso que vai ser o financiamento do programa. É isso que estão aprovando aqui, a utilização de R\$31 milhões em 24 meses para o programa, oferecendo esse total de 153 bolsas. Além da deliberação que vai ser alterada caso aprovem a utilização dos recursos orçamentários, será modificado o artigo 3º da deliberação e feita uma resolução GR para os editais, nos quais vai ficar muito claro que há um mínimo de carga didática que esse pós-doutorando vai ter de oferecer à unidade, que foi definida como oito horas. No entanto, sabem da dificuldade de definir essa carga didática, dada a heterogeneidade que possuem na Universidade. Há diferenças entre uma aula dentro de um laboratório, uma aula prática, uma aula teórica, uma aula na área da Saúde, então deixam para as próprias unidades a definição de como distribuir essas oito horas mínimas. A partir disso cada unidade, quando for elaborar o seu edital, coloca o que achar necessário. Embora isso seja importante, inclusive é um atendimento dos próprios pós-doutorandos, porque quando participam dos concursos a questão experiência didática é um elemento importante, o principal objetivo claramente é atrair e reter esses novos doutores. Lembra que USP e Unesp estão retomando as suas contratações, assim como as universidades federais, então a Unicamp tem interesse de não perder os talentos, e se possível também atrair algum desses que porventura estejam fora do país. Obviamente que isso também permite a capacitação desse pós-doutorando, e nada impede, como colocou a professora Marisa, que a unidade utilize a permanência durante esses 24 meses de um pesquisador de pós-doutorado para facilitar a saída de um colega para fazer um sabático, para fazer um pós-doutorado, ou até internamente, se alguém precisa de seis meses para terminar uma livre-docência, por exemplo. Isso fica a critério da unidade, é uma decisão descentralizada, cada unidade entendendo quais são as suas prioridades. Essa é a ideia do programa, obviamente que não é substituir contratação docente. Com relação à contratação docente, foi também bastante debatido junto aos diretores e à bancada docente a dificuldade que possuem hoje de distribuir mais vagas para doutores, pelo fato de estarem já muito próximos do número de cargos que o governo lhes oferece, 1.467, das quais tinham 32 vagas sobrando apenas. Está sendo discutido pelos diretores se é possível ou não distribuir um pouco dessas 32 vagas, mas é uma outra discussão que foge ao assunto a ser tratado hoje. Destaca que em momento algum esse programa tem o objetivo de substituir um programa de contratação docente. Com relação à proposta da professora Marisa e do professor Marco Antonio de contratações temporárias, emergenciais, para substituir colegas

que se afastem, entendem que esse programa, de alguma maneira, contemple. Mas sabem que isso é muito mal visto pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, as contratações emergenciais têm de ser muito bem justificadas para deixar claro que não estão provocando nenhum tipo de subterfúgio para fugir do número de cargos que é oferecido à Universidade. No caso do emergencial temporário, ele continua ocupando o cargo de alguém que está afastado, por isso não se cria cargo. Mas tem um outro lado, que enfrentam muito dentro da CVD, que é a questão do interesse, porque nesse caso o docente é contratado em regime de tempo parcial, cuja remuneração é muito baixa comparada à bolsa de um pós-doutorando que estão colocando aqui hoje, que é R\$8.479, e para o RTP, esses valores não chegam a R\$3 mil. Isso pode ser avaliado, eventualmente têm autorizado dentro da CVD situações emergenciais, recentemente isso foi autorizado para duas unidades, mas é um instrumento que devem utilizar com uma certa parcimônia, até porque não sabe se ele é o melhor encaminhamento para esse problema, que é criar condições para um programa de internacionalização ou de saída de colegas para um sabático. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI elogia a proposta e diz que ficou ainda mais satisfeito com o acréscimo da questão das ações afirmativas, que foi uma demanda dos diretores. Solicita confirmação se a distribuição que era de quatro a sete por unidade agora fica de cinco a oito; e se essas 24 são uma para cada unidade para garantir de uma maneira um pouco espelhada a ideia do plano projeto piloto de contratações, nas mesmas condições. Um pouco na linha do que a professora Marisa comentou, sobre a mudança na deliberação Consu, estão aqui discutindo coisas que têm a ver com outras câmaras, não só com orçamento. Essa possibilidade de a Unicamp financiar, alterar, não é a COP que deve aprovar, então pergunta qual o trâmite após a COP. O SENHOR PRESIDENTE responde que passa na CAD e depois no Consu. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que então a COP aprova somente o recurso, e comentando aspectos já do mérito e não só tanto do financiamento, entende a preocupação da professora Marisa de que há talvez critérios que não sejam exatamente a excelência do projeto de pesquisa a orientarem a escolha de áreas. Por exemplo, esse projeto vai ser escolhido em detrimento de outro por conta de um professor que deseja ir para o exterior e este pode substituir. Acha que a lógica tem de ser o contrário: a permissão para sair depende de ter um pós-doutorando que pode já estar presente na unidade, mas acha que isso são questões a serem definidas no edital. Sublinha o que o professor Fernando acabou de dizer, que do ponto de vista de valores, não tem como comparar. A atratividade de um pós-doutorado é sempre melhor para qualquer situação, fora uma muito específica de uma disciplina que seja para uma pessoa que já esteja trabalhando em outro lugar. Por último, pergunta, do ponto de vista orçamentário, em qual rubrica a alocação desses R\$31 milhões entra no orçamento, se é em projetos especiais. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA confirma que entra no Grupo VIII – Projetos Especiais, da mesma forma que já colocaram o Programa de Incentivo a Novos Docentes. Lembra que os R\$31 milhões são para 24 meses, e na segunda revisão farão um acompanhamento de quanto essas bolsas já devem estar se iniciando nesse exercício. Lançam o valor parcial em 2023, na segunda revisão, e lançam na proposta seguinte a outra parte desses R\$31 milhões. O SENHOR PRESIDENTE diz que uma vez aprovados aqui os recursos e

aprovada na CAD e no Consu a alteração para que possam utilizar recursos orçamentários no programa, vão estabelecer um cronograma para que as unidades realizem os seus editais, e a saída dos recursos dependerá de cada unidade, dependendo se demora mais ou menos esse fluxo. Então fazem uma previsão de uso desses R\$31 milhões para um prazo estimado de 24 meses, que é a concessão da bolsa, mas dentro do uso orçamentário isso pode até se estender um pouco mais, a depender de quando as unidades realizarão os seus editais. O Professor ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA diz que esse é um assunto que deve aparecer quando forem discutir uma proposta de edital, em alguma instância, mas um ponto que o preocupa um pouco é a questão da carga didática horária mínima, porque acha que em algumas unidades o valor de oito horas pode ultrapassar a carga horária média que os docentes daquela unidade têm na graduação. Esse é o exemplo da FEA, cuja carga média neste primeiro semestre é de seis horas por semana. Isso carga horária, não está falando de carga didática por docente, com uma variação de 10% para mais ou para menos. Então, se tiverem uma carga de oito horas para os pós-doutorandos, acha que caem um pouco no que a professora Marisa comentou, que é a questão de haver, em algumas unidades, pós-doutorandos envolvidos em carga horária na graduação maior do que dos próprios docentes. E isso pode influenciar no interesse em participar do programa e até, eventualmente, gerar problemas trabalhistas. Sua sugestão é que, em vez de estabelecerem uma carga horária mínima, talvez tivessem alguma coisa nesse sentido na média da carga horária ou didática da unidade. Isso contemplaria as diferenças que existem entre as unidades e não haveria uma extrapolação muito grande de atuação dos pós-doutorandos em comparação aos docentes. Um ponto que interferiria na forma como a FEA faz a gestão na graduação é que lá possuem uma limitação, os pós-doutorandos só podem atuar em até 20% da carga horária da disciplina. Essa é uma determinação interna da Faculdade, justamente para evitar que tenham, por exemplo, pós-doutorandos com carga de 50%, 60%, 70% ou até mais da disciplina. Fez uma consulta na DAC e a resposta foi que regimentalmente não é possível que um pós-doutorando seja responsável por uma disciplina, que ministre 100% da carga, mas que conseguem inserir no sistema, não existe essa trava. Sabe que não tem a ver diretamente com a questão orçamentária, mas já gostaria de adiantar aqui esse tema porque é um ponto que possui aspectos bastante sensíveis para a implementação do programa na FEA. Não sabe se ocorre também em outras unidades, mas essa é uma realidade da FEA. O SENHOR PRESIDENTE diz que quando lançam um programa, às vezes as especificidades se colocam. Não vê uma diferença tão grande entre seis e oito horas, e observa que na apresentação chamaram de atividades didáticas, elas não são exatamente só a sala de aula. Poderia ser, por exemplo, uma orientação, se existem trabalhos de conclusão de curso na unidade, se existe a coorientação, ou seja, há outras formas de utilizar como atividades didáticas, que não sejam exatamente nem pesquisa. O importante é que se estiver no edital as pessoas estão sabendo para se candidatar, para submeter os seus processos. A demanda tem sido bastante grande de pós-doutorando na Universidade, seja pela dificuldade de algumas unidades de captar essas bolsas junto às agências já existentes, dado o fato de as pesquisas terem sofrido algum tipo de impacto negativo por conta da pandemia e outras questões, até mesmo a estratégia que vem adotando a Fapesp.

Então acredita que vai atender à demanda e vão fazendo essas adequações de alguma maneira. Embora a orientação geral seja pelas oito horas, se a unidade justificar que para ela isso não vai ser atrativo, que isso não contempla os seus interesses, que isso conste do edital e vão negociar. Inclusive houve alguns diretores que propuseram 20 horas em vez de oito, o que aí sim lhe parecia muito fora de contexto. Mas vão analisar cada uma dessas especificidades. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que uma vez esclarecido que o objetivo principal deste programa é a retenção de talentos, de pessoas que terminaram o seu doutoramento e que porventura ela poderia ajudar na questão da saída também de alguns dos docentes, reforça o pleito da bancada para que tivessem mais assegurada a possibilidade de determinadas unidades liberar docentes para esses treinamentos no exterior e esses afastamentos mais prolongados. Acha que esse olhar é importante. Estão em um momento de renovação muito grande na Universidade, de docentes que necessitam fazer seus estágios no exterior, tendo em vista que a grande maioria dos órgãos de fomento exige essa experiência para que eles possam decolar nas suas carreiras da maneira apropriada. O professor Sarti tem razão quando fala das questões com os órgãos regulatórios externos, porque sabem que o Tribunal de Contas não pega amostragem; uma contratação emergencial ou temporária é auditada 100%. Mas a experiência é que normalmente, quando bem justificado com a ausência temporária de um docente por interesse da própria Universidade, isso tem tido êxito. E talvez fosse mais garantido do que forçar uma certa carga obrigatória por outro tipo de mecanismo. Concorde que a Universidade é diversa, plural, tem realidades muito diferentes, e inclusive, em algumas unidades, mesmo ofertando essas bolsas para pós-doutorandos com orçamento institucional, a retenção normalmente é baixa. Não sabe qual é a média, mas na Faculdade de Engenharia Química o tempo que eles ficam, com raríssimas exceções, é muito curto, porque é um momento em que estão procurando uma colocação ou fazendo talvez um concurso, indo para fora do país para outras oportunidades, ou mesmo, no caso da FEQ, para a iniciativa privada. Talvez o que a Instituição pudesse fazer para ajudar nessa retenção seria uma conversa com a Fapesp se esse montante não poderia entrar como uma contrapartida institucional para um programa onde eles também pudessem colocar um montante, gerando assim uma bolsa bastante atrativa, com atividades bastante atrativas. Então vê isso de uma forma positiva, talvez um piloto, para que possam aprimorar no futuro, um aprimoramento do ponto de vista acadêmico, da retenção dos talentos, mas também deixa colocado aqui ainda o pleito daquelas unidades que estão muito apertadas para poderem liberar seus docentes. Essa questão do olhar mais cuidadoso e realmente de fornecer essa oportunidade por meio das contratações de professor substituto temporário. O SENHOR PRESIDENTE concorda com a professora Marisa, por isso a ideia de deixar essa flexibilidade para as unidades. Imagina que as unidades que têm hoje uma fila importante de docentes querendo sair para fazer um sabático fora, ficar seis meses, um ano fora, ela vai utilizar esse mecanismo de concessão das bolsas, e talvez chegue no edital já sugerindo que seja nas áreas específicas para esses docentes. É essa flexibilidade que as unidades terão para decidir. Para algumas, talvez isso não seja problema, o professor Anderson mencionou uma carga de seis horas, talvez lá seja possível um docente cobrir, com algum esforço, a saída de um colega,

mas em algumas unidades isso é absolutamente impossível, como é o caso da FCA, que todos sabem que está no limite, com docentes ministrando três disciplinas por semestre, com turmas de 120, 140 alunos. Se não houver realmente alguém de fora cobrindo, torna-se praticamente impossível essa saída. Então essa flexibilidade está sendo dada às próprias unidades, e concorda com a professora Marisa que é uma estratégia que a Universidade tem de adotar o estímulo à saída dos docentes, o que é importante para a sequência de suas carreiras. Ela tem toda razão quando diz que as agências muitas vezes contam essa experiência no exterior como fundamental na aprovação de um projeto, assim como contam também a supervisão de pós-doutorandos. As unidades vão poder também distribuir quem vão ser esses supervisores a partir desses docentes que precisam disso para seus respectivos currículos. Em relação à Fapesp, acha essa ação importantíssima, mas lembra que tentaram isso quando fizeram o Programa de Incentivo aos Novos Docentes – Pind, que começou em uma conversa com a Fapesp. A Universidade propôs colocar um volume de recursos que seria basicamente para custeio e a Fapesp colocaria o mesmo montante para as bolsas. Infelizmente, a negociação não avançou, o que não impede que voltem a tratar disso, mas a Fapesp adota suas políticas internas e não necessariamente essa forma de parceria com as universidades. Talvez se conseguissem um programa com as outras três universidades estaduais paulistas, ou mesmo as federais localizadas em São Paulo, isso poderia, de alguma maneira, ter mais aceite por parte da Fapesp. Mas é uma boa sugestão. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar, que trata da proposta de reajuste feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp. Dentro do dissídio, com muita negociação com o Fórum das Seis, a proposta que saiu da última reunião, na quinta-feira, em São Paulo, foi de um reajuste de 10,51%. Passa a palavra ao senhor Thiago, que foi fundamental nas negociações, assim como as áreas técnicas da USP e da Unesp, sempre assessorando com a maior qualidade os reitores. É importante aqui entender o impacto que os 10,51% representam para a Unicamp. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a equipe técnica do Cruesp começou as conversas com o Fórum das Seis no final de 2022, fazendo reuniões de acompanhamento da arrecadação, do comprometimento das universidades, vendo até onde era possível avançar, o que era possível ser feito, quais os pedidos da comunidade via Fórum das Seis e também deixando claro que essas reuniões continuam no segundo semestre. Já há uma reunião pré-agendada para setembro, em que farão esse controle, esse acompanhamento do ICMS, sabendo também o que o Fórum e os sindicatos pensam e solicitam, e vão tentando até um pouco apaziguar essa conversa. Fizeram uma reunião na semana passada vendo as possibilidades e na última quinta-feira foi feita a reunião dos reitores com o Fórum das Seis, onde foi proposta inicialmente a manutenção do compromisso dos reitores com o que havia sido prometido em 2022: a garantia dos 14 meses desde o último reajuste, em março de 2022, valor que no período deu 7,58%, pelo índice Fipe, e após as negociações esse índice chegou a 10,51%, um acréscimo de 2,72%. No caso da Universidade, isso significa um aumento de despesas de praticamente R\$160 milhões no exercício, e esses recursos parcialmente serão cobertos pelo recurso que já está na reserva de contingência. Voltando um pouco na primeira

revisão orçamentária, era recurso que a Universidade possuía, mas esses recursos foram reduzidos a quase R\$31 milhões. O que deixa a diferença, os R\$130 milhões, como um esforço da Reitoria pensando nisso, por essa razão citam no texto o item de saldo financeiro disponível na Universidade. Então se na primeira revisão apresentavam uma Universidade em equilíbrio, agora apresentam um esforço de R\$130 milhões. Imagina que fechem o ano, ocorrendo todas as contratações, progressões, todo o planejado dentro da Universidade, por volta de 88,8% de comprometimento com as despesas de pessoal. O SENHOR PRESIDENTE lembra que USP e Unicamp têm tido como procedimento aprovar a proposta de reajuste do Cruesp nos seus Conselhos Universitários. A USP fará isso hoje e a Unicamp no dia 30 de maio, por isso o parecer da COP é fundamental. USP e Unicamp adotam procedimentos diferentes dos da Unesp com relação às despesas de pessoal. As da Unicamp constam todas no Grupo I – Pessoal, em que estão recursos com relação às contratações, progressões de todos os servidores, docentes e não docentes, inclusive o vale-refeição, procedimento diferente do adotado pela Unesp, que deixa isso de fora. Isso leva a percentuais bastante diferentes de comprometimento de folha entre as três universidades. Além disso, a USP tem por regimento um impedimento de concessão de qualquer novo reajuste. Se isso ultrapassar um comprometimento de 85%, sinalizando para um exercício superavitário, se a sinalização for de um exercício deficitário, esse percentual é de 80%. Mas lembra que dentro do orçamento da USP eles tendem a colocar não apenas o custeio, mas o investimento. A Unicamp já vem adotando para trabalhar o investimento ou uma parcela significativa desse investimento no âmbito do seu PPI. Então, são algumas diferenças importantes que precisam considerar antes que façam comparações entre as três universidades. Como o senhor Thiago falou, isso foi um último esforço de atender a um consenso. A Unicamp sabe que ela avançou mais do que as demais universidades, do ponto de vista dos processos de progressão, dos processos de contratação, no sentido de valorização profissional, essa tem sido a estratégia adotada. Imaginam que em algum momento a Unesp deve também iniciar seu processo de progressão, que há muito tempo está paralisado, a USP tem tido também uma certa dificuldade, adotou o processo de bonificação recente. Então, são diferenças em termos de estratégias das pautas específicas. Obviamente que quando se reúnem para tratar uma questão que é geral, que é um reajuste, as pautas específicas acabam tendo peso exatamente por essas diferenças importantes. Mas entendem que, ainda que esses valores sejam significativos, o 10,51% está dentro da previsão orçamentária da Unicamp, como vem sempre defendendo, de ter uma combinação entre uma responsabilidade fiscal e ao mesmo tempo essa responsabilidade de valorização profissional. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA lembra que trataram o comprometimento com arrecadação de R\$144,1 bilhões, e já passaram isso na primeira revisão. Fazendo uma atualização desses números, a previsão da Secretaria da Fazenda para o mês de abril era de R\$11,381 bilhões, no final fechando um arrecadado de R\$11,728, então já houve uma arrecadação superior. E para o mês de maio a previsão da Secretaria da Fazenda está por volta de R\$11,888 bilhões, um valor R\$100 milhões acima do que haviam previsto na revisão orçamentária. Portanto, estão em um momento em que a arrecadação parece que está começando a ficar superior a essa previsão de R\$144 bilhões, e dessa forma podem

chegar ao final do exercício com um valor acima do previsto, lembrando que optaram por manter o conservadorismo durante a primeira revisão orçamentária. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que não vai discutir o percentual aqui, acha que discutiram isso incansavelmente na quinta-feira, mas é seu papel aqui fazer o alerta de que devem tomar cuidado com os irmãos. A coirmã USP concedeu os abonos imediatamente antes da discussão do dissídio, então precisam tomar um pouco de cuidado com a pauta específica da USP. O sindicato da USP está propondo um aumento linear dos salários de todos servidores de pelo menos R\$1.200. Não sabe o quanto eles têm de espaço no orçamento para isso, mas podem gerar mais um problema interno dentro da Unicamp. Falam sempre que elas têm de seguir em conjunto, mas a USP está andando separada há muito tempo. Pergunta de onde sairiam os R\$130 milhões mencionados pelo senhor Thiago, em qual linha estaria isso ou se entraria já nas reservas técnicas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que orçamentariamente estão entrando nas reservas técnicas, porém a expectativa é que acabem não realizando todos os investimentos propostos e todas as despesas de pessoal. Então a estimativa é que no final do ano a terceira revisão feche em equilíbrio orçamentário. Esses R\$130 milhões já são indicados na parte orçamentária, porque é claro que isso vai gerar impacto para 2024, mas imaginam que na segunda revisão já devam ter uma queda nesse valor. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se os R\$160 milhões são referentes aos meses que faltam para terminar o ano. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que R\$160 milhões são o gasto que vai ter de incremento na folha com o reajuste de 10,51% a partir de 1º de maio. São R\$160 milhões, sendo que R\$30 milhões já estão reservados na reserva de contingência. O SENHOR PRESIDENTE diz que na primeira revisão orçamentária seguiram a orientação da Secretaria de Fazenda, revisando a arrecadação para 2023 de R\$150 bilhões para R\$140,1 bilhões, ao passo que a USP não seguiu, manteve R\$150 bilhões. A Unicamp sempre adota essa linha de se alinhar com a Secretaria; por mais que tenham as suas próprias previsões, imaginam a Secretaria em uma posição melhor de observatório da economia paulista. A não ser que tenham elementos muito robustos para dizer que as previsões da secretaria estão equivocadas, a Universidade tende a seguir. Outra questão é que desde a constituição das regras para as reservas da Universidade, discutidas e aprovadas aqui na COP, tinham aquela expectativa de criar os quatro grupos. Um deles é o Grupo X, que engloba as sobras dos exercícios anteriores, que chamam aqui de responsabilidade no sentido dos recursos que já foram distribuídos, mas que por razões bastante diferentes ainda não foram empenhados, muito menos executados. Já trataram das dificuldades que possuem às vezes em tocar algumas dessas obras ou reformas. O segundo grupo é o dos recursos para a permanência estudantil, separados a partir da venda da folha da Universidade. O terceiro é o PPI e o quarto são aquelas três folhas pensadas para situações emergenciais, quando houvesse uma queda brusca de arrecadação, quando houvesse alguma mudança institucional, uma reforma tributária, um movimento de ajuste. Então resolveram ter esse valor separado como precaução para momentos excepcionais. Há uma revisão de R\$150 bilhões para R\$144 bilhões, e esse é um dos fatores para utilização, que imaginam que nem será necessário, dado que sabem que ao longo do

exercício dificilmente conseguem executar os recursos. Primeiro porque no Grupo I, quando colocam as contratações e as progressões, fazem sempre uma previsão, mas elas acabam tendo um prazo um pouco mais dilatado, o que faz com que, no exercício propriamente, esses recursos não sejam distribuídos. Segundo, avaliam que os R\$144 bilhões, ainda que seguindo a orientação da Secretaria da Fazenda, são um patamar bastante conservador. A própria arrecadação agora de maio talvez sinalize que estão longe dos R\$150 bilhões, mas também não estão tão próximos dos R\$144 bilhões. Então, qualquer mudança será apontada na segunda revisão orçamentária, que é um instrumento de suma importância para terem essa flexibilidade de se adaptarem conforme as sinalizações. O momento é muito ruim mesmo, dadas as incertezas, mudanças de governo, toda uma mudança de institucionalidade, não há como saber se a reforma tributária ocorre ainda este ano ou não, se o arcabouço fiscal será aprovado e quando será aprovado, qual é o quadro internacional. Diante de tantas questões, poder ter um instrumento flexível como são as revisões os ajuda muito. Então, hoje, está previsto o uso de recursos da reserva, mas do ponto de vista do exercício sabem que isso nem vai ser necessário e talvez até tenham uma boa notícia do ponto de vista de que a arrecadação não seja tão baixa como R\$144 bilhões. Acha que com esse cenário a Unicamp chegou a um acordo junto às demais universidades. Com relação à questão da USP, prefere não entrar em detalhes, pois cada universidade tem a sua política. Tem dito nas diversas instâncias que entende que a política adotada pela Unicamp é coerente. Prefere apostar em um processo de progressão que tem seu mérito, tanto de funcionários quanto de docentes, em um processo de contratação, como uma política realmente de valorização profissional. Não acredita na ideia da bonificação, inclusive como uma política de atração e de permanência dos servidores. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO diz que vai tocar nessa questão da USP, mas não necessariamente sobre a questão dos abonos, essas coisas. Acha que esse é um tipo de pressão que a USP tem colocado para a Unesp e para a Unicamp, mas tende também a entender, como o professor Sarti, que isso faz parte da autonomia da USP como universidade. E isso é algo que, claro, pressiona as administrações, pressiona os representantes também, porque colegas docentes e técnico-administrativos questionam isso, em grande parte com razão. Mas, de fato, se trata da autonomia dessas universidades. O que considera mais complicado são dois elementos: o primeiro é essa questão de a USP ter definido que não amplia os seus gastos com o funcionalismo para além dos 85% do seu orçamento. Essa é uma decisão unilateral da USP e que tem pressionado a Unesp e a Unicamp no que diz respeito aos reajustes salariais. Não estão aqui falando de abono, nem de presentes de Natal, mas de algo que afeta diretamente a Unicamp e a Unesp e também o Fórum das Seis na sua capacidade de desenvolver negociações salariais nas datas-base. Então acha que essa é uma questão que precisam discutir, porque isso está prejudicando a Unicamp na sua autonomia para definir qual vai ser o reajuste salarial que concederá aos seus servidores e servidoras. Esse é um ponto sério dessa pauta, já esteve na posição de negociador representando o Fórum das Seis e sabe que o Cruesp tem dificuldades com relação a esse convívio também. A outra questão é a respeito da definição que ocorreu nos últimos anos, a USP foi pioneira nisso novamente, e a Unicamp acabou decidindo também nesse sentido, de

que o Conselho Universitário ratifica a negociação feita entre Cruesp e Fórum das Seis. A princípio, não vê isso como um problema grave, é claro que tira dos sindicatos o seu poder de definição e tira também do Reitor o seu poder de definição sobre qual vai ser a política salarial, reajuste salarial e assim por diante no ano seguinte. Mas entende que as administrações ficam mais respaldadas pela comunidade e tende a achar que isso é algo positivo. O problema, e é por isso que vai se abster nesta votação, é que a negociação não acabou, a não ser que ela tenha acabado unilateralmente pelo Cruesp. Mas ainda ocorrerá assembleia da ADunicamp na quarta-feira; as outras entidades do Fórum das Seis estão fazendo as suas assembleias ao longo desta semana e cabe a elas informarem ao Fórum das Seis se elas estão satisfeitas com o reajuste colocado, que inclusive melhorou na negociação, ou não. A USP, ao colocar em regime de urgência essa decisão, prejudica a relação das universidades com os seus sindicatos. O professor Antonio José tem falado bastante, corretamente, sobre procedimento, sobre ritos, sobre o quanto precisam desenvolver nas universidades um ambiente de negociação, de amistosidade, de seguir as normas, de seguir as relações, de ter cuidado com as relações. Eventualmente, a assembleia da ADunicamp vai entender como positivo esse reajuste, mas lembra que o que está colocado na pauta do Fórum das Seis são os 15,75% agora e uma complementação no segundo semestre, porque isso é um momento de recomposição de perdas salariais. Seria a ideia de que as perdas salariais dos últimos dez anos fossem recompostas. É claro que sabem que o índice colocado em pauta hoje é o que está colocado para decisão, mas acha que é ruim que façam essa decisão, e não se sente nada confortável, como representante, em votar sem ouvir o que virá das assembleias de docentes e de técnico-administrativos, porque eles são atores importantes nesse processo. O Conselho Universitário apreciará esse assunto no próximo dia 30, mas nada lhes diz que haverá um ponto final nessas negociações até o dia 30. É possível que isso esteja sendo encaminhado, mas não sabem exatamente. Então, sente-se realmente desconfortável, não vê necessidade dessa pressa; acha que poderiam lançar mão de outros mecanismos, como uma COP extraordinária após a decisão das assembleias, pelo menos a da Unicamp e a do STU. São coisas plenamente possíveis e acha que manteriam um procedimento adequado para esse tipo de decisão, que é muito importante na Universidade. O SENHOR PRESIDENTE observa que a discussão não foi apenas quinta-feira, as áreas técnicas das três universidades vêm se reunindo com o Fórum das Seis há alguns meses, acompanhando a conjuntura, as revisões, foram sendo apresentados os cenários, inclusive considerando as pautas específicas, que vão criando, às vezes, constrangimentos, limitações para uma e outra universidade dentro das suas negociações, como já mencionou o professor Wagner. Foi uma longa negociação, e o Cruesp estabelece o limite após as negociações. Consideram importante isso ser sancionado ou de alguma maneira passar pelo Conselho Universitário porque afeta não só os servidores, afeta a Universidade como um todo. É do mesmo recurso que sai, por exemplo, a permanência estudantil, há outros atores envolvidos no custeio da Universidade. Então, quando definem qual é o percentual de reajuste, estão afetando todo o orçamento da Universidade, por isso é fundamental que o Conselho Universitário se manifeste também sobre isso. Entende que essa é uma prática democrática, e não que esvazia as negociações sindicais. Acha que isso é fundamental, mas são

entendimentos diferentes sobre o procedimento. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO diz que sua fala foi exatamente no mesmo sentido, de que essa manifestação do Conselho alicerça melhor uma decisão definitiva, concorda com o professor Sarti nesse aspecto. Só acha que isso deve acontecer quando as negociações estiverem finalizadas. O SENHOR PRESIDENTE reforça que as negociações começaram há seis meses e tem de chegar o momento de definição, mas foi algo muito negociado. Também observa que os reajustes que ocorreram nesses últimos dois dissídios são bastante razoáveis. No ano passado recuperaram 34 meses, e como o dissídio foi antecipado, faltaram dois meses. Era um compromisso no Cruesp considerar esses dois meses nesta nova negociação, e foram negociados esses 14 meses de reposição e um percentual a mais que acaba também contemplando o diferencial sobre 2019. Então há hoje uma reposição, uma manutenção do poder aquisitivo, toda a inflação coberta de cinco anos. E isso é bastante razoável dentro dos limites da Universidade, reforçando que não se trata apenas de pensar nas remunerações de servidores, mas em todo o custeio e investimento da Universidade. Acredita que avançaram, que as negociações foram muito positivas, há um bom entendimento agora, e se houver, dentro da reunião, seja do lado do STU, seja dentro da ADunicamp, uma visão diferente de que esse valor não os contempla, cada entidade toca para frente a sua agenda sobre esse contentamento ou descontentamento. Entretanto, a Universidade não pode parar, o dissídio estava colocado nesse período e houve muita discussão, muito bom senso na proposição desse reajuste. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que é interessante verificar sempre os esforços da Universidade quando ela consegue, além da reposição inflacionária, dar alguma coisa de reposição salarial. Esteve na cadeira do professor Fernando Sarti em uma época muito difícil da Universidade, mas a inflação era às vezes abaixo de 1%, então era uma situação bastante diferente. Viveram no pós-pandemia um aumento generalizado e mundial da questão inflacionária e ainda estão verificando como vai ser daqui para frente. É um assunto desafiador não só para a economia brasileira, mas para a economia mundial. A Universidade ficou basicamente congelada durante a vigência da lei complementar 173, quando não podiam dar nem reposição, nem correção inflacionária, nada. Pergunta o quanto esta reposição avançou no sentido de resgatar na base do tempo algumas perdas que aconteceram. Algumas foram por uma questão de macroeconomia, de realmente baixar muito a arrecadação de ICMS do estado e terem um RTE insuficiente, fazendo com que amargassem déficits durante anos a fio. Ela própria não teve oportunidade de pegar uma PDO superavitária, houve também o apertar dos cintos imposto pela força de lei, a lei complementar 173, então pergunta quanto foram as perdas específicas na época da lei complementar 173, que tem certeza que não foram pequenas, para que possa levar essa informação para os colegas docentes. O SENHOR PRESIDENTE lembra que no ano passado fizeram um reajuste de 20,67%, que correspondeu a 34 meses de inflação. Ficaram de fora os últimos dois meses porque anteciparam o dissídio. Agora são os 14 meses, os 12 mais os dois anteriores, e ainda um acréscimo, que foi a diferença, basicamente, entre o IPC de 2019 e o reajuste que foi concedido em 2019. Então, se olharem desde 2019, estão praticamente zerados. Mas obviamente faz parte da negociação, e não vê nenhum problema que a ADunicamp, o STU, a Adusp, coloquem que

seu parâmetro é 2012, quando atingiram o salário de pico. Da mesma forma que as administrações podem responder que talvez fosse melhor pegar a média do período para fazer as negociações. Cada lado vai ter um posicionamento, e todos têm de olhar para o orçamento, não podem pensar só no reajuste. É preciso ter o bom senso de olhar para todo o financiamento da Universidade e que esse reajuste tem de ser contemplado dentro desse financiamento. Acha que foi a esse bom termo que chegaram com esses percentuais. Para a Unicamp é um pouco mais difícil, pois ela está com comprometimento acima do da USP e da Unesp. Se a USP retomar progressão e contratação, talvez passe a Unicamp, e se a Unesp voltar, se considerarem na Unesp inclusive os demais benefícios que não constam ali, chega próxima. Cada uma com a sua política, e entende que a Unicamp tem feito uma política bastante coerente do ponto de vista da responsabilidade fiscal e social. A ideia de valorização profissional, contratando dentro dos seus limites e aprovada nas instâncias, os processos de progressão de servidores técnico-administrativos, docentes, pesquisadores, essa é a política que entendem como política de valorização profissional. Porém, cada Universidade tem autonomia para decidir como melhor fazer a sua política de recursos humanos. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a professora Marisa se referiu à pandemia, e ressalta que toda essa parte da lei complementar 173 já foi reposta pelo IPC-FIPE em 2022, agora fazem a reposição desses 14 meses e como em maio de 2019 não foi possível repor a inflação completa, acertam esse período. Em 2018, haviam já havia aplicado a inflação, portanto, se voltarem ao salário de maio de 2017, ele está corrigido até hoje. Observa que esse salário de pico de 2012 que o professor Fernando comentou como sendo o considerado politicamente pelo Fórum, tecnicamente esse valor pode variar dependendo do deflator. O Fórum das Seis utiliza o Dieese, então esse valor para em um certo momento durante a pandemia, não tem a correção atual. Então, dependendo do índice, levam esse salário máximo para um ano diferente. O Professor HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO pergunta se o aumento proposto cabe ou não no orçamento, porque se for para manifestar satisfação ou insatisfação com o aumento, seu posicionamento seria diferente. O SENHOR PRESIDENTE responde que os 10,51% cabem no orçamento, e a previsão é que continuem fechando superavitários no exercício. Mas tudo isso vai depender das condições daqui para frente, o que vai acontecer com a arrecadação nos próximos sete meses. Se de repente a arrecadação for muito menor, terão uma segunda revisão orçamentária para reposicionar as despesas. Possuem uma reserva que foi colocada exatamente para momentos de contração de arrecadação, então, respondendo muito diretamente, existem recursos para bancar esse reajuste de 10,51%. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 06 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 22 de maio de 2023.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 159ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 29 de junho de 2023, sem alterações.

